



Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 72.145.931/0001-99

Relatório da Administração

Temos a satisfação de apresentar aos nossos acionistas, clientes, corretores e parceiros as demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, Parecer dos Auditores Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria. Para a Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. ("Swiss Re" ou "Companhia"), o ano de 2025 foi marcado pela estabilidade da empresa no segmento de atuação, atingindo à marca de R\$ 1,7 bilhões, impulsionado por negócios nos grupos de Riscos Patrimoniais, Financeiros e Rural. Do ponto de vista de resultado, o lucro líquido no período foi de R\$ 61,7 milhões, refletindo a disciplina de subscrição e um maior resultado financeiro da operação. As ações relacionadas à gestão do portfólio, incluindo gerenciamento de exposições, garantem que a Companhia mantenha seu nível de liquidez e solvência adequados frente a regulação e diretrizes internas. Instrumentos de resseguro continuam suportando a operação, uma vez que demonstraram sua eficiência em sinistros de grande relevância, garantindo uma rápida resposta da Swiss Re aos seus clientes. Do ponto de vista operacional, revisões de processos e investimento em novos sistemas contribuíram para manter a estabilidade das despesas administrativas. Por fim, em atendimento a Circular SUSEP

nº 666 de 07/2022, a Companhia divulgou seu relatório de sustentabilidade, disponível no site local <https://www.swissre.com/brasil/sustentabilidade0.html> e, seguindo as diretrizes da Lei 14.611/2023, disponibilizou no seu site o Relatório de Transparência e Igualdade Salarial <https://corporatesolutions.swissre.com/brasil-seguros/sobre-nos/assuntos-regulatorios.html>. Sendo parte do grupo Swiss Re, a política de equidade adotada no Brasil segue as diretrizes internacionais, disponíveis no site <https://www.swissre.com/about-us/inclusive-culture-in-swiss-re/gender-balance.html>. A diretoria estatutária da Companhia passou a contar com 50% de mulheres em dezembro de 2025, ante 33% em 2024. Considerando o quadro total de colaboradores, 59% da força de trabalho era composta por mulheres em dezembro de 2025, e 55% da remuneração total foi destinada a esse grupo. Em 2024, mulheres representavam 62% do quadro e recebiam 46% da remuneração global. A Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. continua focada no desenvolvimento de sua parceria estratégica com a Bradesco Seguros, solidificando sua posição de protagonista entre as Seguradoras de riscos corporativos. A Bradesco Seguros detém 40% do capital da Companhia, que por sua vez tem acesso exclusivo aos canais de distribuição do sistema Bradesco.

A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta está condicionada ao parecer dos Acionistas, devidamente registrado em ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela do lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para preservação e manutenção do capital social aplicado. O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Companhia, do mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, a título de dividendos respeitadas as deduções e distribuições previstas. Porém, desde que não haja oposição de qualquer acionista, a assembleia geral pode deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório. A Swiss Re continua comprometida em apoiar clientes, tornando o mundo mais resiliente. Agradecemos o apoio dos corretores, resseguradores, a autarquia SUSEP e, acima de tudo, a dedicação de seus funcionários.

São Paulo, 25 de Fevereiro de 2026

Balanco Patrimonial Em 31 de dezembro

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		2.905.434	2.569.118
Disponível	1.246	13.569	73.523
Caixa e Bancos	1.101	13.569	73.523
Valores em Trânsito	145	-	-
Aplicações	5	382.344	319.801
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		945.357	724.221
Prêmios a Receber	6	769.675	638.364
Operações com Seguradoras	7	41.190	33.484
Operações com Resseguradoras	8	134.019	51.771
Outros Créditos Operacionais	473	602	602
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	8	1.463.069	1.398.134
Títulos e Créditos a Receber		4.484	12.663
Títulos e Créditos a Receber	799	855	855
Créditos Tributários e Previdenciários	15.1	3.367	11.496
Outros Créditos	318	312	312
Outros Valores e Bens		1.577	1.670
Despesas Antecipadas	52	129	129
Custos de Aquisição Diferidos	18.2	107.305	98.931
Seguros	107.305	98.931	98.931
Não Circulante		2.219.171	2.168.120
Aplicações	5	906.001	937.917
Créditos de Operações com Seguros e Resseguros		239.497	165.586
Prêmios a Receber	6	232.948	162.513
Operações com Seguradoras	7	6.549	3.073
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	8	421.599	392.259
Títulos e Créditos a Receber		132.394	140.192
Créditos Tributários e Previdenciários	15.1	105.799	119.285
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	26.595	20.907
Outros Valores e Bens	12.1	18.101	20.100
Ativos de Direito de Uso	18.101	20.100	20.100
Custo de Aquisição Diferidos	18.2	89.038	71.140
Seguros	89.038	71.140	71.140
Investimentos	12.3	9.051	10.050
Outros Investimentos	9.051	10.050	10.050
Imobilizado	13.1	6.164	8.464
Bens Móveis	4.972	6.192	6.192
Outras Imobilizações	1.192	2.272	2.272
Intangível	13.2	397.326	422.412
Ágio na Aquisição de Carteira	236.149	236.149	236.149
Outros Intangíveis	161.177	186.263	186.263
Total do Ativo		5.124.605	4.737.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Em milhares de reais

Demonstração do Resultado Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, Exceto pelo Lucro líquido por Ação

	Nota	2025	2024
Prêmios Emitidos		1.664.998	1.607.293
(+) Variação das provisões técnicas de prêmios		(114.764)	(180.993)
(-) Prêmios Ganhos	22	1.550.234	1.426.300
(-) Sinistros Ocorridos	23.1	(733.217)	(453.703)
(-) Custos de Aquisição	23.2	(175.618)	(151.274)
(-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	23.3	(41.138)	(71.534)
(+) Resultado com Resseguro	23.4	(435.740)	(535.172)
(+) Receita com Resseguro		779.365	396.178
(-) Despesa com Resseguro		(1.215.105)	(931.350)
(-) Despesas Administrativas	23.5	(164.919)	(165.267)
(-) Despesas com Tributos	23.6	(35.015)	(39.369)
(+) Resultado Financeiro	23.7	129.485	115.061
(+) Resultado Patrimonial	23.8	985	969
(-) Resultado antes dos Impostos e Participações		95.057	126.011
(-) Imposto de Renda	15.2	(13.008)	(12.976)
(-) Contribuição Social	15.2	(8.009)	(8.057)
(-) Participação sobre o Resultado		(12.356)	(9.744)
= Lucro Líquido do Exercício		61.684	95.234
Quantidade de ações		497.210.747	497.210.747
Lucro Líquido por ação (R\$)		0,12	0,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício	61.684	95.234
Outros Componentes do Resultado Abrangente		
Ajustes Valor Justo em Títulos e Valores Mobiliários	29.549	(62.375)
Efeitos Tributários sobre Outros Componentes do Resultado Abrangente	(11.820)	24.950
Total dos Resultados Abrangentes	79.413	57.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do Exercício	61.684	95.234
Ajustes para:	(61.619)	(41.314)
Depreciação e amortizações	38.352	41.665
Amortização Ativos de Direito de Uso	2.616	2.497
Depreciação de Outros Investimentos	1.308	1.249
Perda (Reversão de perdas) por RVR de Prêmios	(1.600)	(1.102)
Perda (Reversão de perdas) por RVR de Resseguro	(3.201)	(3.102)
Perda (Ganho) com Aplicações Financeiras	(145.776)	(144.048)
Efeito das Mudanças de Taxa de Câmbio em Caixa e Equivalente de Caixa	9.102	1.778
Ativos de resseguros - provisões técnicas	(59.621)	(130.211)
Variáveis das provisões técnicas	118.069	182.225
Custos de Aquisição Diferidos	(26.585)	(23.509)
Juros, atualização monetária e oscilação cambial	1.157	13.118
Juros de Arrendamentos	3.999	4.169
Outros Ajustes - Provisão de Contingências	516	1.753
Outros Ajustes - Baixa Imobilizado/intangível	45	-
Varição nas contas patrimoniais:	150.296	51.397
Ativos financeiros	132.879	221.511
Créditos das operações de seguros e resseguros	(299.176)	(99.023)
Ativos de Resseguro	(37.621)	429.400
Créditos tributários e previdenciários	8.129	(10.488)
Ativo Fiscal Diferido	13.486	(18.948)
Depósitos judiciais e fiscais	(5.688)	(17.462)
Despesas antecipadas	76	80
Outros Ativos	(16.941)	19.215
Impostos e contribuições	15.670	21.597
Outras contas a pagar	13.120	26.724
Débitos de operações com seguros e resseguros	270.641	(71.122)
Depósitos de terceiros	(11.888)	10.120
Provisões técnicas - seguros e resseguros	65.208	(460.032)
Provisões judiciais e obrigações legais	3.031	(175)
Caixa Líquido Gerado pelas Operações	150.991	105.317
Imposto sobre o lucro pago	(15.701)	(21.780)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	135.290	83.537
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela Compra		
Intangível	(919)	(2.344)
Intangível	(10.982)	(14.429)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(11.011)	(16.773)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Arrendamentos	(7.500)	(6.630)
Pagamento de Dividendos	(100.000)	-
Pagamento de Juros sobre Capital Próprio	(20.000)	(50.000)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(127.500)	(56.630)
Varição Cambial sobre Caixa e Equivalente de Caixa	(9.102)	(1.778)
Redução/Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(12.323)	8.356
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	13.569	5.213
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	1.246	13.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas			Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros Acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Lucros			
Em 1º de Janeiro de 2024	906.621	15.592	132	198.221	4.758	-	1.125.324
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Reversão Dividendos Propostos Exercício Anterior	-	-	-	1.471	-	-	1.471
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	(37.425)	-	(37.425)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	95.234	95.234
Lucro no Exercício	-	-	-	-	-	-	-
Proposta para Destinação dos Lucros	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	4.761	-	-	-	(4.761)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(906)	(906)
Juros sobre capital próprio pagos aprovados em AGE de 27 de novembro de 2024	-	-	-	-	-	(50.000)	(50.000)
Reserva de Lucros	-	-	-	39.567	-	(39.567)	-
Em 31 de Dezembro de 2024	906.621	20.353	132	239.259	(32.667)	-	1.133.698
Em 1º de Janeiro de 2025	906.621	20.353	132	239.259	(32.667)	-	1.133.698
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	17.730	-	17.730
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	(99.094)	(99.094)
Pagamento de Dividendos AGO 31 de março de 2025	-	-	-	-	-	61.684	61.684
Lucro no Exercício	-	-	-	-	-	-	-
Proposta para Destinação dos Lucros	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	3.083	-	-	-	(3.083)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(587)	(587)
Juros sobre Capital Próprio pagos no exercício	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Reserva de Lucros	-	-	-	38.014	-	(38.014)	-
Em 31 de Dezembro de 2025	906.621	23.436	132	178.179	(14.937)	-	1.093.431

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. ("Seguradora", "Companhia" ou "SRCSB") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Swiss Re Corporate Solutions Brasil Holding LTDA. (SRCSBH) e pela Bradesco Seguros S.A. com sede na cidade de São Paulo - SP, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar nos ramos elementares (designado como seguro de danos), em qualquer de suas modalidades ou formas e atuando em todas as regiões da Federação. Em consonância com os dispositivos legais e regulamentares, apresentamos as Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia, no período findo em 31 de dezembro de 2025, que foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração em 25 de Fevereiro de 2026.

2 Políticas Contábeis Materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **a) Base de preparação:** As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP, incluindo as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pelo órgão regulador, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão e segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Resseguradoras locais e Entidades Abertas de Previdência Complementar, pela Circular SUSEP Nº 646 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Companhia atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia. As transações denominadas em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período. **c) Segregação circulante e não circulante:** A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do rebaixado" estão apresentados no ativo circulante, aderente ao modelo de negócio da Companhia (conforme nota explicativa Nº 5). Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. Os passivos de provisões técnicas acompanham sua característica contratual segmentados conforme fluxos futuros projetados. **d) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** As principais políticas contábeis são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados. Algumas dessas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. A medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 2.3 - Classificação dos contratos de seguro. • Notas 2.4, 6 e 8.1 - Prêmios a Receber, Redução ao valor recuperável de crédito das operações com seguros e resseguros; • Notas 2.11, 2.12 e 18 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 19 - Desenvolvimento de sinistros; • Notas 16 e 17 - Provisões judiciais; • Notas 15.1.1 - Imposto de renda e contribuição social diferido. **2.1 Caixa e**

equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa compreendem o caixa, os depósitos bancários e pagamentos em trânsito de indenizações/despesas de sinistros com liquidez imediata, risco insignificante de mudança no valor justo e vencimento original de até três meses. **2.2 Instrumentos Financeiros:** (i) **Classificação e mensuração:** Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos, mediante à avaliação se o ativo apresenta características de pagamento apenas de principal e juros, também conhecido como teste de *SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)*. Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado; e (iii) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: • Títulos públicos do Tesouro Nacional; • Quotas de Fundos de Invest

→ continuação



Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 72.145.931/0001-99



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

foi calculado descontando-se os fluxos mensais pela curva de juros ETTJ - ANBIMA Prefixada divulgada pela SUSEP, vigente na data de mensuração. A taxa efetiva de desconto foi apurada pela taxa interna de retorno (TIR), considerando o valor presente do passivo e os pagamentos nominais.

(ii) Propriedade para investimento - Imóveis destinados à renda: A Companhia subarrenda um andar onde anteriormente funcionava parte de seu escritório em São Paulo na Avenida Faria Lima, Nº 3.064, que era apresentado como parte de um ativo de direito de uso - ativo imobilizado. Desta forma, passou a contabilizar este ativo como Propriedade para investimentos e registrou-o contabilmente na rubrica "Imóveis Destinados à Renda". A propriedade para investimento foi inicialmente mensurada pelo custo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. O montante foi registrado e classificado como subarrendamento operacional e mensurado pelo método de custo conforme estabelecido no CPC 06. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do subarrendamento que é de 33 meses.

2.7 Custos de Aquisição Diferidos: São compostos substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro-rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo máximo de diferimento de 61 meses. **2.8 Imobilizado:** Imobilizado - está demonstrado ao custo, reduzido pela depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens conforme as seguintes taxas anuais: bens móveis - 10%; móveis e utensílios - 10% e equipamentos - 20%. As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas pelo prazo de contrato de aluguel. **2.9 Intangíveis:** Os ativos intangíveis da Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. são compostos por:

(i) Gastos com desenvolvimento de software registrados ao custo de aquisição, cuja amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização. A taxa de amortização é de 20% ao ano. **(ii)** Agio na aquisição da Carteira de Grandes Riscos da Bradesco Seguros S.A., Canal de distribuição, Relacionamento com clientes e Valor de negócio adquirido. Parte desses ativos intangíveis são amortizados em decorrência do estudo baseado no fluxo de caixa esperado diretamente associado a esses ativos. O agio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de agio não podem ser revertidas. Detalhes apresentados na nota 13.2. **2.10 Provisão, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais:** **(i) Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. **(ii) Ativos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade da realização, ou seja, quando a realização da receita for julgada praticamente certa em caráter definitivo a favor da Seguradora, conforme determinação da Circular SUSEP Nº 648, de 12 de novembro de 2021. **(iii) Passivos contingentes:** Referem-se a obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e dependentes da ocorrência de eventos futuros para a confirmação ou não de sua existência. São classificados como (i) perdas prováveis, onde são constituídas provisões, (ii) perdas possíveis, onde são divulgados, quando relevantes, sem que sejam necessariamente provisionados e (iii) perdas remotas, que não são provisionadas. Estas classificações são avaliadas por consultores jurídicos e revisadas periodicamente pela administração da Companhia. Os valores são baseados nas notificações dos processos administrativos ou judiciais e atualizados mensalmente.

(iv) Obrigações Legais: Relativas a obrigações tributárias e que, por vezes, sua legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial e são reconhecidas pelo valor integral em discussão e permanecem registradas até a fase de trânsito em julgado. **2.11 Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **2.11.1 Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** Esta provisão deve ser constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, obedecendo os seguintes critérios: (i) O cálculo da provisão deve considerar a parcela de prêmios não ganhos na data de sua apuração, em cada ramo ou plano, por meio de cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos assumidos na data-base de sua constituição ou a eles relacionados. (ii) A base de cálculo corresponde ao valor do prêmio comercial, em moeda nacional, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. (iii) No período entre a emissão e o início de vigência do risco, o cálculo da provisão deve ser efetuado considerando o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco. (iv) Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão deve ser calculada *pro rata die*, considerando, para a obtenção do período de vigência a decorrer, a data-base de cálculo da provisão e a data de fim de vigência do risco. **2.11.2 Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** Constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros avisados, até a data-base do cálculo, de acordo com a responsabilidade da sociedade seguradora, obedecendo os seguintes critérios de avaliação: (i) Política adotada pela companhia: A data de aviso do sinistro é correspondente à data do efetivo comunicado da ocorrência à Companhia. • O talo gerador da baixa da PSL, decorrente de pagamento, se caracteriza quando da liquidação financeira. • O valor considerado no aviso do sinistro segue os conceitos "valor reclamado" ou "valor de importância segura" e, também, o conceito do "valor do sinistro médio". Este último é utilizado para abertura de todos os sinistros relacionados do Ramo Agrícola (cobertura Colheitas) e para os demais ramos em que o departamento de sinistro não receber as informações necessárias do segurado para abertura do sinistro com a melhor estimativa dos valores esperados a liquidar; • Especificamente para os sinistros administrativos no ramo Garantia, em razão do prazo decorrido até o encerramento do sinistro, após 30 (trinta) dias do prazo para regulação dos sinistros avisados, contados a partir da data de seu aviso formal para a Companhia, estes são atualizados monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (medida mensalmente pelo IBGE). • Sinistros Judiciais: A provisão inicial é estabelecida de acordo com o valor em risco na ação judicial e probabilidades de perda verificadas em conjunto com o corpo de advogados contratados para o acompanhamento processual, e revisada à medida que novos fatos alteram os cenários das ações, sendo atualizadas monetariamente:

	Provável	Possível	Remoto
--	----------	----------	--------

Agro	100%	50%	25%
Garantia	75-100%	26-74%	0-25%
Transportes, Cascos, Aeronáuticos, Operador Portuário Patrimonial e Engenharia	45-100%	4%	0%
Responsabilidade Civil e Outros	75-100%	40%	0%

2.11.3 Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR): Ajuste realizado sobre a PSL para contemplar a estimativa de desenvolvimento sobre os valores registrados para os sinistros pendentes de liquidação, bem como daqueles que depois de liquidados eventualmente serão reabertos. O ajuste de IBNeR está relacionado ao desenvolvimento futuro dos sinistros já avisados à Companhia, que ainda estão pendentes de liquidação. Este desenvolvimento pode ser positivo ou negativo, representando a possibilidade de variação a maior ou a menor sobre os valores provisionados para sinistros na PSL. A metodologia aplicada para cálculo desta provisão considera a segregação entre o chamado IBNR puro (IBNYP) e o IBNeR do valor total de IBNR, calculado conforme nota técnica própria, na qual o valor total de IBNR é determinado através da estimativa do valor de Sinistros Finais esperados, por ano de ocorrência. Para determinar os valores de IBNeR e IBNYP, será calculado o percentual de atraso no aviso, considerando, portanto, a comparação dos valores de sinistros avisados em atraso, com o total de sinistros incorridos, considerando: • Atrasos anuais a serem aplicados nos valores de IBNR de anos anteriores ao ano de ocorrência atual; e • Atrasos trimestrais, usando a média ponderada, a serem aplicados nos valores de IBNR do ano de ocorrência atual. Com os percentuais definidos, aplica-se sobre o valor de IBNR total, por ramo e ano de ocorrência, apurando-se assim o IBNYP. O IBNeR é calculado, posteriormente, pela diferença entre ambos. **2.11.4 Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (BNR):** O cálculo desta provisão visa a cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data-base de cálculo, considerando as indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade da Companhia. A Companhia possui uma metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial, que se baseia em critério estatístico-atuarial, através da qual são calculados os valores de Sinistros Finais esperados, por ano de ocorrência, e então descontados os valores de Sinistros Reportados (Sinistros Pagos Acumulados + Provisão de Sinistros a Liquidar). Para a aplicação das metodologias utilizadas para cálculo da provisão, se faz necessária a construção dos Triângulos de Run Off, os quais demonstram a forma como os sinistros se desenvolvem ao longo do tempo, para a seleção dos Fatores de Desenvolvimento de Sinistros. Para a construção dos triângulos é considerado todo o histórico de cada carteira, limitado a 30 anos. A partir dos resultados obtidos após os procedimentos descritos acima, são aplicadas as metodologias, que poderão variar entre os agrupamentos de ramos, bem como entre os anos de ocorrência. Isso fará parte da decisão do atuário responsável quando da análise dos resultados. **2.11.5 Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):** A PPNG-RVNE corresponde a uma parcela estimada da PPNG referente a riscos cuja vigência já tenha se iniciado, mas cuja emissão ainda não tenha ocorrido. Ressalte-se que os valores referentes a riscos assumidos, não vigentes e não emitidos não integram a PPNG-RVNE. Para o cálculo da PPNG-RVNE e DAC-RVNE, serão utilizadas as bases de dados analíticas de emissão de apólices e endossos, considerando um histórico de 5 anos das movimentações de emissão e aumento de prêmio, sendo que as movimentações de cancelamento e restituição somente a partir da data do efetivo cancelamento. A PPNG-RVNE pode ser constituída de acordo com duas metodologias distintas: Uma das metodologias é o percentual de PPNG através de Recálculo, que corresponde ao valor da PPNG que seria obtido, em cada data-base passada, se esta fosse calculada com base exclusivamente nos riscos que estavam vigentes, mas ainda não haviam sido emitidos à época; A outra metodologia é calculada através de um percentual de atraso para cada mês de emissão, através da diferença entre o início de vigência e a emissão do documento. A seleção da metodologia poderá variar entre os ramos, isso fará parte da decisão do atuário quando da análise dos resultados. Para o DAC-RVNE, é calculado o percentual de Custos de Aquisição em relação aos Prêmios Emitidos e então aplicado à PPNG-RVNE. **2.11.6 Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e a Companhia faz a segregação entre PDR-PSL e PDR-IBNR. Visa a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. **(i) PDR-PSL:** As despesas com regulação administrativa ou com o processo judicial são estimadas no início de ambas as fases com a maior proximidade que as informações atuais possibilitem realizar, bem como através de estimativas dos advogados e reguladores externos contratados. **(ii) PDR-IBNR:** A PDR - IBNR é calculada através da aplicação de um percentual calculado de despesas em relação ao valor total de sinistros reportados por ano de ocorrência. **2.12 Teste de Adequação do Passivo (TAP):** Conforme disposto na Circular SUSEP Nº 648/2021, a alterações posteriores, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e define regras e procedimentos para a sua realização, a Companhia deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Cabe ressaltar, ainda, que a PCC deve ser constituída para cobertura de insuficiência relacionada às provisões de PPNG, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuadas nas próprias provisões. Nesse caso, a Companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização, a Companhia considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP Nº 648/2021, e alterações posteriores, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos; posteriormente, entre seguros de Danos e seguros de Pessoas e, por fim, entre Prêmios Registrados e Prêmios Futuros. Para a elaboração, foram projetados os fluxos de caixa futuros correntes relacionados aos passivos atuariais da Companhia e comparados com os respectivos saldos das provisões técnicas contabilizadas na data-base de cálculo, deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Consideraram-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data-base de 31 de dezembro de 2025, descontados pela estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP de Taxa Pré-fixada para sinistros e IPCA para despesas administrativas. Em relação às premissas de Sinistralidade, Cancelamento e Despesas Administrativas utilizadas para o teste, a Companhia fez as seguintes considerações: (i) Sinistralidade: Foi baseada no histórico da Companhia, considerando o período máximo permitido de 5 anos. (ii) Taxa de Cancelamento: Foi calculado através do histórico dos últimos 5 anos de emissão, um percentual médio de cancelamento dos riscos vigentes, aplicados aos prêmios ganhos registrados e não registrados. As taxas de sinistralidade e taxa de cancelamento aplicadas ao Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2025 foram as seguintes:

Grupo	% Sinistralidade	% Cancelamento
Pecúário	69,18%	7,78%
Empresarial	68,16%	2,89%
Aeronáutico	67,71%	5,54%
RC Transportes	67,51%	7,43%
Transporte	67,51%	7,43%
Enf.33%	59,33%	7,49%
Patrimonial	57,34%	2,77%
Agro	53,60%	10,23%
Animais	52,62%	8,44%
Credit	50,00%	0,00%
Floresta	50,00%	0,06%
Surety	44,75%	9,74%
Marítimo	44,60%	6,39%
RC	43,64%	3,49%
D&O	38,89%	2,17%
Engenharia	37,74%	5,26%

(ii) Despesas Administrativas: O percentual aplicado é o resultado da razão entre as Despesas Administrativas abaixo listadas e o Prêmio Ganho observado no último período contábil, ou seja, o de Janeiro à Dezembro, quando o TAP for calculado na data-base de Dezembro, ou de Janeiro à Junho, quando o TAP for calculado na data-base de Junho. Para projeção, foram considerados, para cada grupo/ramo, o número de períodos proveniente da análise dos fluxos de caixa. É levado em consideração o fluxo mais longo entre os ramos para definição do período máximo de encerramento das despesas. Dentro desse cenário, é feita a distribuição da Despesa Administrativa Estimada entre os anos subsequentes e para cada grupo/ramo, de acordo com um % calculado de acordo com a razão (PG Futuro⁽¹⁾ / (1-%Cancelamento)) / PG Futuro Total. Como premissa, a Companhia considerou 75% das despesas relacionadas aos seguintes grupos para fins de cálculo: - Pessoal; - Terceiros; - Localização e Funcionamento; - Expediente; - Comunicação; - Locomoção; - Seguros e - Previdência. Além disso, foi considerada a alocação de 100% do valor de Depreciação e Amortização (distribuído entre os grupos/ramos). Os percentuais de despesas administrativas aplicados ao Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2025 foram de 4,56% para todos os ramos. O percentual de despesa de comercialização para o cenário de Prêmios Não Registrados foi projetado de acordo com o histórico observado, resultando em 24,18% no total, aplicado somente para os ramos RC Transportes e Transporte. Seguem abaixo resultados dos contratos de seguros de danos, do Teste de Adequação de Passivos para a data-base de 31/12/2025:

Sinistros a Ocorrer Prêmios Registrados:

Despesas Despesas		Fluxo		Custo de Intangíveis		PCC / Ajuste de Provisão
Sinistros - Indenização	Alocáveis a Sinistros	Despesas Administrativas	Impostos de Caixa	PPNG	PPNG - RVNE Provisões Diferido Técnicas	
415.180	8.401	48.122	23.576	495.279	1.257.746	115.548 1.373.294 196.343 - (681.672)

Sinistros Ocorridos:

Despesas Despesas		Fluxo		Custo de Intangíveis		PCC / Ajuste de Provisão
Sinistros - Indenização	Alocáveis a Sinistros	Despesas Não Alocáveis	Impostos de Caixa	PPNG	PPNG - RVNE Provisões Diferido Técnicas	
994.184	20.117	5.103	1.019.404	34.558	989.621 239.377 -	1.263.556 (244.152)

Sinistros a Ocorrer Prêmios Não Registrados:

Prêmios Futuros Não Registrados		Despesa de Comercialização a Ocorrer		Fluxo		Custo de Intangíveis		PCC / Ajuste de Provisão
Indenização	Alocáveis a Sinistros	Despesas Não Alocáveis	Impostos de Caixa	PPNG	PPNG - RVNE Provisões Diferido Técnicas	Suficiência/ Insuficiência		
11.472	2.774	7.248	147	532	38	(733)	-	

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. da data-base 31 de dezembro de 2025, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa. **2.13 Principais Tributos:** **(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** A Companhia está sujeita ao IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica sobre a alíquota de 25%, e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - à alíquota de 15% para o período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2025. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. Em 31 de Dezembro de 2025 a Seguradora apurou lucro real e base de cálculo para pagamento de imposto de renda e contribuição social, e realizou seus recolhimentos com base na sistemática de antecipações mensais do lucro real anual. A Companhia possui este tipo de prejuízos fiscais, reconhecendo os respectivos créditos tributários (ativo fiscal diferido) conforme os requisitos da Circular SUSEP Nº 648/21. O tributo diferido está mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. As constituições dos créditos tributários das Movimentações Temporárias e dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis,

o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias. Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que virará em cada exercício futuro para analisar a realização do ativo de imposto diferido. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização destes créditos nos próximos anos. Os valores estão demonstrados na nota 15.1. **(ii) PIS e COFINS:** As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente e tem por prática contabilizar os créditos tributários de PIS e COFINS sobre os sinistros provisionados e ainda não pagos. Os valores estão demonstrados na Nota 15.1. A Companhia realizou estudo nessa data base, sobre a recuperabilidade dos saldos de PIS/COFINS diferido sobre Provisões de Sinistros a Liquidar (PSL), e concluiu que não há impacto significativo nos saldos, considerando a nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir de 2027. A Companhia também contratou consultoria especializada para apoiar o mapeamento de processos, sistemas, obrigações contábeis, financeiras e fiscais, bem como avaliar os impactos relacionados aos componentes de formação de custos e preços nos seus fluxos operacionais e comerciais para a apuração da CBS/IBS que estará em vigor a partir de 2027. Dado se tratar de normatizações ainda em processo de regulamentação e esclarecimentos, na data da presente publicação, ainda é prematuro determinar a dimensão exata desses impactos. **2.14 Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui: a) Os prêmios de seguros e resseguros e as correspondentes receitas e despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da vigência do risco, fatura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura, são reconhecidos nas contas do resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice; b) As receitas e despesas de prêmios e comissões relativas às responsabilidades recebidas aos resseguradores pelo regime de competência; c) As operações de cosseguro aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres; d) As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno; e) As obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa por provisão mensal. A Companhia possui programa de participação nos lucros acordado com seus colaboradores, conforme o disposto na Lei nº 10.101/2001. Uma provisão estimada é constituída para fazer face aos pagamentos dessa participação, sendo apresentada de forma destacada na demonstração de resultado. Outros benefícios de curto prazo, tais como: Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Estacionamento, Vale-Transporte, Vale-Alimentação e Refeição, Treinamento Pessoal, são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são ocorridos.

3 Normas Novas, Alterações e Interpretações de Normas que Ainda Não Estão em Vigor

Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são aplicáveis ao Mercado de Seguros mas não efetivas, pois não entraram em vigor, são como segue: **Resolução CNSP 471:** Dispõe sobre a atualização da risco e solvência - ORSA e a gestão de capital no âmbito das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar - EAPCs, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. A Companhia está organizada para iniciar seus trabalhos de implementação da Resolução CNSP 471 (ORSA), ficando inicialmente na definição de papéis e responsabilidades, assim como na elaboração de uma primeira versão da política requerida pelo normativo, parte desta norma entrará em vigor em 31 de dezembro de 2025 (parcial) e o restante em 31 de dezembro de 2026. **Resolução CNSP 476:** Dispõe sobre a política de remuneração das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar - EAPCs, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. A Companhia está trabalhando na análise e adequação da Resolução CNSP 476 de 2024 a ser entregue dentro dos prazos estabelecidos pela norma, parte desta norma entrará em vigor em 02 de janeiro de 2026 (parcial) e o restante em 04 de janeiro de 2027. **Lei 15.079/2004:** Estabelece uma tributação mínima de 15% para multinacionais com receita anual acima de 750 milhões de euros, conforme as regras GloBE, vigente a partir de 2025, de acordo com estudos que a Companhia vem realizando, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não sofreram impactos.

4 Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos tem como objetivo agregar valor à Companhia, buscando mitigar impactos financeiros decorrentes de eventos adversos inerentes ao negócio, ao mesmo tempo que promove o uso eficiente dos recursos disponíveis, em conformidade com as normas locais. A Estrutura de Gestão de Riscos da Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. conforme definida na Resolução CNSP Nº 416/2021, adota um modelo triangular de gestão, composto pelo "proprietário do risco", o "tomador do risco" e o "gestor do risco". Essa abordagem assegura que as decisões estejam adequadamente suportadas por diferentes perspectivas quanto ao risco em questão. Complementarmente, a governança da gestão de riscos corporativos e seus controles internos seguem integralmente o modelo de "Três Linhas", conforme diretrizes do IIA (*The Institute of Internal Auditors*) sustentado por uma cultura organizacional transparente e colaborativa. Essa estrutura baseia-se na confiança mútua entre as unidades de negócio e as unidades de gestão de riscos e controles, permitindo a identificação de eventos relacionados a potenciais fontes de perdas e a mitigação de seus impactos nos processos e objetivos estratégicos da Companhia. A aplicação dessa estrutura é suportada pela Unidade de Gestão de Riscos (internamente denominado "*Risk Management*"), que atua em conjunto com as demais funções da 2ª e 3ª linhas (Controles Internos, Compliance e Auditoria Interna), oferecendo suporte à 1ª linha na identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos inerentes às atividades da Companhia. Cabe ressaltar que no primeiro semestre do ano foi concluído o processo de unificação da Estrutura de Gestão de Riscos e do Sistema de Controles Internos, conforme requerimentos da Resolução CNSP 416/2021, sendo Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. supervisionada líder do grupo prudencial, a responsável por constituir as estruturas e desempenhar as atribuições previstas na resolução de forma centralizada. Um dos principais riscos monitorados está relacionado à aderência regulatória e, nesse aspecto, ressaltamos que a Companhia emitiu seu primeiro relatório de Sustentabilidade conforme a exigência da Circular SUSEP Nº 666/2022, bem como tem projetos em andamento para adequação de seus documentos e processos à nova Lei 15.040/2024 ("Lei de Seguros") e para cumprimento da Resolução CNSP 471/2024 (ORSA), da Resolução CNSP 476/2024 (remuneração) e adequação aos novos layouts disponibilizados pela SUSEP para operacionalização do SRO (Sistema de Registro de Operações - SUSEP). **4.1 Risco de Subscrição:** O gerenciamento do risco de subscrição é um aspecto crítico para o negócio, pois está diretamente relacionado às bases técnicas utilizadas pela Companhia para o cálculo de prêmios, provisões técnicas, desenvolvimento de produtos, aceitação de riscos, entre outros. Desta forma, envolve não somente aspectos relacionados à estratégia de subscrição e de transferência de riscos, mas também os aspectos relativos às obrigações e seus fluxos de caixa, bem como gerenciamento de ativos e passivos e a segmentação de seus negócios. **4.1.1 Estratégia de Subscrição:** A Companhia conta com equipes técnicas especializadas que seguem rigorosamente os critérios de subscrição estabelecidos internamente, conforme os padrões do Grupo Swiss Re. Esses critérios definem as classes de negócios elegíveis a aceitação dos riscos, as exclusões básicas, os limites de aceitação e algadas, dispoando também sobre os seguintes temas: • Requisitos de governança e estrutura interna das equipes de subscrição, com definição clara de papéis e responsabilidades; • Formulários padronizados para coleta de dados por segmento de negócios; • Regras adicionais aplicáveis à subscrição - gerais ou específicas por segmento/ramo de atuação; • Requisitos para auditorias internas periódicas; • Requisitos de capital alinhados às exigências locais. Cada subscriitor da Companhia passa por um treinamento especializado conforme seu ramo de atuação. Após essa capacitação e com base em seu nível de conhecimento e experiência, é atribuída uma autoridade de subscrição, que define os limites e escopo de risco que pode ser aceito. Além disso, a Companhia realiza análises periódicas, da carteira subscrita, monitorando a concentração por ramos, segmentos, modalidades, regiões. Esses relatórios subsidiam decisões estratégicas e garante uma gestão de risco eficiente. A Unidade de Gestão de Riscos monitora continuamente as exposições ao risco de subscrição, visando antecipar eventuais desvios em relação ao apetite por riscos desta Companhia. Qualquer desvio identificado deve ser, temporariamente, reportado à Diretoria. **4.1.2 Estratégia de Resseguro:** Como forma de administrar o risco retido, a estrutura de resseguro, negociada anualmente ou para operações pontuais, garante à Companhia o cumprimento de suas obrigações com os segurados e exigências legais no que diz respeito à liquidez da Companhia e limites máximos de retenção e cessão. A Companhia tem um painel de resseguradores de alta qualidade credícia para garantir a solvência da Empresa e pagamento dos sinistros aos segurados. Demonstramos a seguir uma abertura dos resseguradores com os quais mantemos relacionamento e suas ratings de classificação baseado nas informações divulgadas pela SUSEP tendo como base a classificação das agências *AM Best*, *Standard & Poors* e *Moody's Investors Services*:

Tipo de Ressegurador	Rating	Agência Classificadora	Sinistros Pagos a Recuperar (R\$)	Exposição (%)
Admitida	A+	Moody's Investor Services	69.360	51,76%
Local	A+	Moody's Investor Services	29.152	21,75%
Local	BB	Standard & Poor's Co.	18.906	14,11%
Admitida	A+	AM Best Company	5.460	4,07%
Admitida	A	Moody's Investor Services	2.104	1,62%
Eventual	A	AM Best Company	1.995	1,49%
Eventual	A+	Moody's Investor Services	1.935	1,47%
Local	A	Standard & Poor's Co.	1.335	1,00%
Admitida	A	Standard & Poor's Co.	1.013	0,76%
Eventual	A+	Standard & Poor's Co.	846	0,63%
Admitida	A	AM Best Company	440	0,33%
Eventual	A	Moody's Investor Services	410	0,31%
Admitida	A	Fitch Ratings	311	0,23%
Admitida	AA-	Standard & Poor's Co.	266	0,20%
Local	A	Fitch Ratings	249	0,19%
		Outros	509	0,37%
			134.009	100,00%

4.1.3 Gerenciamento de Ativos e Passivos: A Companhia adota práticas rigorosas de gerenciamento de ativos e passivos com o objetivo de garantir a solvência e estabilidade financeira, sempre em conformidade com as legislações vigentes e as melhores práticas de mercado. Um dos principais instrumentos utilizados é o Teste de Adequação de Passivos (TAP), elaborado periodicamente para avaliar as obrigações decorrentes dos contratos de subscrição e procedimentos internos. Além disso, a gestão dos investimentos é conduzida com base em critérios e procedimentos definidos internamente. Essa gestão busca o equilíbrio entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno, assegurando decisões alinhadas a estratégia da Companhia. **4.1.4 Gerenciamento de Riscos por Segmento de Negócios:** A Companhia reconhece como riscos inerentes ao negócio a possibilidade de perdas decorrentes da incerteza na frequência e severidade dos eventos segurados, bem como de ocorrência de sinistros inesperados oriundos de um risco isolado. Entre os principais riscos desta categoria estão: • Precificação inadequada ou subscrição imprecisa; • Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos ineficazes; • Provisões técnicas insuficientes ou superestimadas. Para mitigar esses riscos, cada linha de negócio conta com diretrizes específicas e profissionais qualificados, que atuam no gerenciamento de riscos antes e após a aceitação da subscrição. Essa abordagem permite uma compreensão dinâmica das exposições e uma atuação proativa sempre que necessário. **4.2 Risco Operacional:** Os Riscos Operacionais estão intrinsecamente ligados à forma como os negócios da Companhia são conduzidos. Referem-se a possíveis deficiências ou inadequações em processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos - incluindo risco regulatório e de continuidade de negócios. A Companhia adota políticas e processos estruturados para gerenciamento de Riscos Operacionais, os quais são periodicamente revisados e aprovados pelo órgão de governança competente. Tal gerenciamento visa garantir a avaliação contínua de novos produtos, processos, atividades e sistemas, com atuação efetiva e independente tanto da Unidade de Gestão de Riscos, quanto da Auditoria Interna e Auditoria Externa, no contexto das demonstrações financeiras. São assegurados controles internos eficazes, com segregação de funções, atribuição clara de responsabilidades e delegação de autoridade, além de uma estrutura robusta de planos de contingência e continuidade de negócios, garantindo a manutenção e capacidade das operações mesmo diante de interrupções parciais ou totais. A definição de Risco Operacional é disseminada em toda a Companhia, acompanhada de critérios e procedimentos para sua identificação, avaliação, controle, monitoração, mitigação e reporte tempestivo às áreas competentes. A identificação e análise de eventos operacionais (*Operational Events*) compõem parte essencial da estrutura de gerenciamento de riscos operacionais. O registro desses eventos é fundamental para a análise de causa raíz e lições aprendidas, servindo como base para decisões quanto à mitigação e prevenção de riscos. Quando geram impactos financeiros diretos, são classificados como perdas operacionais efetivas (*Operational Actual Loss*). A Companhia mantém implementada, conforme exigência regulatória, a Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), que permite identificar, registrar, tratar e acompanhar as perdas operacionais até sua devida resolução, incluindo eventuais recuperações e atualizações. Adicionalmente, o registro de *Issues*, é utilizado como prevenção de potenciais falhas em processos existentes. Esses registros podem indicar, por exemplo, a necessidade de implementação de novos controles para riscos já identificados ou a melhoria de controles já existentes para atender à novas situações, internas ou externas. **4.3 Análise de Sensibilidade:** Conforme estabelecido no CPC 11, a análise de sensibilidade visa demonstrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivessem ocorrido as alterações razoavelmente possíveis na variável de risco relevante à data do balanço. Isto posto, em atendimento ao Artigo 126 inciso XI da Circular SUSEP Nº 648 de 12 de novembro de 2021, a análise de sensibilidade foi aplicada sobre as variáveis de sinistralidade e inflação, para todos os ramos da Companhia. Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes:

Impacto no resultado e patrimônio líquido

	2025		2024	
	Bruto de resseguro (B)	Líquido de resseguro (C)	Bruto de resseguro (B)	Líquido de resseguro (C)
Premissas atuariais	(13.880)	(2.350)	(14.147)	(2.688)
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR ⁽¹⁾	13.880	2.350	14.149	2.752
Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR ⁽²⁾	(3.598)	(404)	(3.404)	(343)
Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL ⁽³				

*continuação



Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.
CNPJ/MF nº 72.145.931/0001-99

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Composição da Carteira por Classe e por Categoria Contábil	Sem classificação										2025
	B+	BB	BBB+	A-	A	A+	AA-	AA	AA	AA	
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	1.246	-	-	-	-	-	-	-	-	1.246
Títulos Públicos Federais	-	1.225.308	-	-	-	-	-	-	-	-	1.225.308
Quotas Fundos de Investimentos	-	63.037	-	-	-	-	-	-	-	-	63.037
Prêmios a receber de segurados (Nota 7.1) (9)	1.002.624	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.002.624
Sinistros pagos a recuperar (Nota 8) (10)	-	12	18.480	71	223	6.682	103.335	268	117	-	129.188
Outros Créditos com Resseguradoras (Nota 8) (10)	-	-	512	-	-	1.181	3.138	-	-	-	4.831
Exposição Máxima ao Risco de Crédito	1.002.624	12	1.308.583	71	223	7.863	106.473	268	117	-	2.426.234

Composição da Carteira por Classe e por Categoria Contábil	Sem classificação										2024
	B+	BB	BBB+	A-	A	A+	AA-	AA	AA	AA	
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	13.569	-	-	-	-	-	-	-	-	13.569
Títulos Públicos Federais	-	1.238.753	-	-	-	-	-	-	-	-	1.238.753
Quotas Fundos de Investimentos	-	18.965	-	-	-	-	-	-	-	-	18.965
Prêmios a receber de segurados (Nota 7.1) (9)	800.877	-	-	-	-	-	-	-	-	-	800.877
Sinistros pagos a recuperar (Nota 8) (10)	-	4	435	12.983	2.737	10.068	24.378	526	382	-	51.513
Outros Créditos com Resseguradoras (Nota 8) (10)	-	-	257	-	-	1	-	-	-	-	258
Exposição Máxima ao Risco de Crédito	800.877	4	1.271.722	13.240	2.737	10.068	24.379	526	382	-	2.123.935

(9) - O valor apresentado contempla R\$ 118.095 referente à RVNE-Prêmios de Riscos Vigentes Não Emitidos (R\$ 95.296 em 2024); (10) - Nessas linhas classificamos os resseguradores com os quais a Companhia mantém relacionamento, utilizando como base a classificação de rating divulgada no site da SUSEP e Agências Classificadoras de Risco. Fonte para classificação dos ratings, vide Nota 4.1.2. **4.6 Risco de Liquidez:** O risco de liquidez é o risco de a Companhia não ter recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Companhia é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Companhia avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. O quadro a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta:

À vista ou sem vencimento definido	2025		2024	
	Fluxo de Ativos (10)	Fluxo de Passivos (10)	Fluxo de Ativos (10)	Fluxo de Passivos (10)
Fluxo de 0 a 12 meses	1.101	-	13.569	-
Fluxo acima de 12 meses	2.795.254	(3.035.493)	2.454.819	(2.742.833)
Total	4.495.846	(3.965.844)	4.104.342	(3.527.521)

(10) A segregação entre curto e longo prazo segue o critério das normas contábeis brasileiras, sendo vencimentos acima de 365 dias a contar da data de balanço, considerados como Longo Prazo e, abaixo disso, Curto Prazo. A Companhia utiliza a segregação para todos os itens do passivo com data de vencimento definido, como por exemplo Contas a Pagar e PPNP-Provisão de Prêmios Não Ganhos; (11) A Companhia tem como expectativa de liquidação da PSL um prazo de até 12 meses, para sinistros administrativos. Sua capacidade de pagamento está atrelada principalmente aos ativos financeiros que tem 78% dos títulos classificados no longo prazo, porém por tratar-se de ativos classificados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), garantem a cobertura de todo passivo. (12) Fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas e

5 Ativos Financeiros

5.1 Aplicações Financeiras Avaliadas ao Valor Justo:

Por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	Nível Hierárquico	Taxas Contratadas	Custo	Ajustes	Mercado	Percentual de Mercado	2025					2024					
							Taxas Contratadas	Custo	Ajustes	Mercado	Percentual de Mercado	Taxas Contratadas	Custo	Ajustes	Mercado	Percentual de Mercado	
Vencimento até um ano			323.952	(4.645)	319.307	25%											
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Nível 1	2,29% a 13,52% a.a.	199.940	(1.385)	198.555	15%	5,33% a 13,52% a.a.	301.695	(859)	300.836	24%						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	Nível 1	3,12% a 6,90%	124.012	(3.260)	120.752	10%	3,12% a 6,90%	174.595	(8.133)	166.462	13%						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	Nível 1	5,43% a 13,41% a.a.	-	-	-	0%	5,43% a 13,41% a.a.	39.053	(6)	39.047	3%						
Por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)			926.252	(20.251)	906.001	70%											
Vencimento de 1 a 3 anos			524.416	(10.196)	514.220	40%											
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Nível 1	2,29% a 13,52% a.a.	63.861	(556)	63.305	5%	5,33% a 13,52% a.a.	174.595	(8.133)	166.462	13%						
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Nível 1	100% Selic	212.897	109	213.006	17%	100% Selic	97.467	12	97.479	7%						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	Nível 1	3,12% a 6,90%	167.236	(7.551)	159.685	12%	3,12% a 6,90%	180.292	(7.029)	173.263	14%						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	Nível 1	5,43% a 13,41% a.a.	80.422	(2.198)	78.224	6%	5,43% a 13,41% a.a.	80.211	(6.681)	73.530	6%						
Vencimento de 3 a 5 anos			292.800	(4.302)	288.498	22%											
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Nível 1	2,29% a 13,52% a.a.	86.372	(78)	86.294	7%	5,33% a 13,52% a.a.	375.353	(17.791)	357.562	29%						
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Nível 1	100% Selic	106.880	38	106.918	8%	100% Selic	184.927	162	185.089	15%						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	Nível 1	3,12% a 6,90%	50.893	(969)	49.924	3%	3,12% a 6,90%	120.615	(8.331)	112.284	9%						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	Nível 1	5,43% a 13,41% a.a.	48.655	(3.293)	45.362	4%	5,43% a 13,41% a.a.	47.719	(7.238)	40.481	3%						
Vencimento superior a 5 anos			109.036	(5.753)	103.283	8%											
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Nível 1	2,29% a 13,52% a.a.	16.095	159	16.254	1%	5,33% a 13,52% a.a.	20.993	(3.082)	17.911	1%						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	Nível 1	3,12% a 6,90%	3.044	(868)	2.176	0%	3,12% a 6,90%	2.928	(919)	2.009	0%						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	Nível 1	5,43% a 13,41% a.a.	89.897	(5.044)	84.853	7%	5,43% a 13,41% a.a.	59.664	(9.963)	49.701	4%						
Por meio do Resultado (VJR)			63.037	-	63.037	5%											
Sem Vencimento			63.037	-	63.037	5%											
Quotas de fundos de investimentos	Nível 1		63.037	-	63.037	5%		18.965	-	18.965	2%						
Ativo Circulante			386.989	(4.645)	382.344	30%											
Ativo Não Circulante			926.252	(20.251)	906.001	70%											
			1.313.241	(24.896)	1.288.345	100%											

5.1.1 Hierarquia do Valor Justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia se baseia em dados de mercado, tanto quanto for possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

5.2 Movimentação dos Ativos Financeiros por Categorias:

	Valor Justo por meio do Resultado (VJR)		Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)		Total
	2025	2024	2025	2024	
01 de janeiro de 2024	63.187	1.309.419	1.372.606	1.372.606	
Aplicações	37.829	741.504	779.333	779.333	
Resgates	(88.310)	(887.418)	(975.728)	(975.728)	
Rendimentos	6.259	137.623	143.882	143.882	
Ajustes TVM	-	(62.375)	(62.375)	(62.375)	
31 de dezembro de 2024	18.965	1.238.753	1.257.718	1.257.718	
Aplicações	71.440	597.516	668.956	668.956	
Resgates	(35.415)	(778.067)	(813.482)	(813.482)	
Rendimentos	8.047	137.557	145.604	145.604	
Ajustes TVM	-	29.549	29.549	29.549	
31 de dezembro de 2025	63.037	1.225.308	1.288.345	1.288.345	

6 Prêmios a Receber por Ramos de Seguros

Nome	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Patrimonial	455.641	433.499	455.641	433.499
Riscos Financeiros	367.933	234.077	367.933	234.077
Rural	127.973	78.822	127.973	78.822
Responsabilidades	39.593	28.142	39.593	28.142
Transportes	9.900	14.530	9.900	14.530
Marítimos	1.433	2.579	1.433	2.579
Aeronáuticos	251	7.863	251	7.863
Riscos Especiais	-	1.365	-	1.365
Total	1.002.624	800.877	1.002.624	800.877
Circulante	769.675	638.364	769.675	638.364
Não Circulante	232.949	162.513	232.949	162.513

6.1 Composição por Prazo de Vencimento:

Aging de Prêmios a Receber de Segurados	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Prêmios a Vencer				
De 1 a 30 dias	165.159	189.413	165.159	189.413
De 31 a 60 dias	121.761	101.969	121.761	101.969
De 61 a 90 dias	80.644	63.501	80.644	63.501
De 91 a 180 dias	132.616	78.490	132.616	78.490
De 181 a 365 dias	96.077	81.465	96.077	81.465
Superior a 365 dias	232.949	162.513	232.949	162.513
Total de Prêmios a Vencer	829.206	677.351	829.206	677.351
Prêmios Vencidos				
De 1 a 30 dias	17.618	18.866	17.618	18.866
De 31 a 60 dias	6.935	7.460	6.935	7.460
De 61 a 90 dias	9.390	5.530	9.390	5.530
De 91 a 180 dias	13.433	9.445	13.433	9.445
De 181 a 365 dias	25.087	6.604	25.087	6.604
Superior a 365 dias	43.289	35.488	43.289	35.488
Total de Prêmios Vencidos	114.652	83.493	114.652	83.493
Prêmios de Riscos Vigente e Não Emitido (RVNE)	118.095	95.296	118.095	95.296
Redução ao Valor Recuperável	(59.329)	(55.263)	(59.329)	(55.263)
Total de Prêmios Pendentes	1.002.624	800.877	1.002.624	800.877
Prêmios a Receber - Circulante	769.675	638.364	769.675	638.364
Prêmios a Receber - Não Circulante	232.949	162.513	232.949	162.513
Total Circulante e Não Circulante	1.002.624	800.877	1.002.624	800.877

6.2 Movimentação dos Prêmios a Receber:

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 1º de Janeiro	800.877	611.330	800.877	611.330
Prêmios Emitidos	2.372.624	2.473.828	2.372.624	2.473.828
Prêmios Cancelados	(305.733)	(412.799)	(305.733)	(412.799)
Oscilação Cambial	(4.124)	16.904	(4.124)	16.904
Prêmios Recebidos	(1.879.754)	(1.872.690)	(1.879.754)	

*continuação



Swiss Re

Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 72.145.931/0001-99

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

13 Imobilizado e Intangível

13.1 Movimentação do Imobilizado:

	Equipamentos	Móveis Máquinas e Utensílios	Benefetorias	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2024	5.066	1.346	3.351	9.763
Adições	2.344	-	-	2.344
Depreciação/amortização	(2.348)	(216)	(1.079)	(3.643)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	5.062	1.130	2.272	8.464
Saldos em 01 de Janeiro de 2024	5.062	1.130	2.272	8.464
Adições	919	-	-	919
Depreciação/amortização	(1.924)	(215)	(1.080)	(3.219)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	4.057	915	1.192	6.164

13.2 Movimentação do Intangível:

	Gastos com		Relacionamento com Clientes	Outros Intangíveis		Total
	Ágio Transf. Carteira	Desenvolvimento de Software		Distribuição	Intangíveis	
Saldos em 01 de janeiro de 2024	236.149	22.820	167.546	19.309	181	446.005
Adições	14.429	-	-	-	-	14.429
Baixas	-	-	-	-	-	-
Depreciação/amortização	-	(11.624)	(19.583)	(6.815)	-	(38.022)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	236.149	25.625	147.963	12.494	181	422.412
Saldos em 01 de janeiro de 2025	236.149	25.625	147.963	12.494	181	422.412
Adições	-	10.092	-	-	-	10.092
Baixas	-	(45)	-	-	-	(45)
Depreciação/amortização	-	(10.959)	(18.495)	(5.679)	-	(35.133)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	236.149	24.713	129.468	6.815	181	397.326

Taxa de Amortização Anual

A vida útil dos intangíveis identificados são consideradas conforme abaixo: • Canal de Distribuição - Até 20 anos; • Relacionamento com Clientes - Até 10 anos. A amortização dos intangíveis é realizada conforme estudo baseado no fluxo de caixa esperado diretamente associado a esses ativos, não sendo, portanto, calculada de forma linear. O *goodwill* corresponde à diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Companhia adquirida. Na aquisição da carteira de grandes riscos da Bradesco Seguros S.A., a Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. passou a ser beneficiada pela combinação de negócios que originou o ágio. O teste de *impairment* passou a ser realizado anualmente a partir de 3 de julho de 2017, data da combinação de negócios. No último teste, foi aplicada a abordagem de renda por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado para determinação do valor recuperável. O estudo considerou a dinâmica do mercado de seguros, os riscos inerentes às operações, o histórico de controles financeiro e operacional, a disponibilidade de projeções financeiras e discussões com a Administração. O *forecast* utilizado como referência mostrou-se adequado quando comparado ao realizado acumulado até novembro de 2025. O desempenho operacional no período superou as premissas inicialmente adotadas, demonstrando maior capacidade de geração de resultados do que o previsto. Assim, não foram identificadas evidências de perda por *impairment* em 31 de dezembro de 2025. Segue abaixo o resumo das premissas utilizadas no último teste de *impairment* do ágio da Swiss Re Corporate Solutions Brasil S.A. Embora o teste seja formalmente conduzido anualmente até o mês de novembro, a Administração revisou as principais premissas e concluiu que não há indícios de *impairment* na data-base das Demonstrações Financeiras: • Período de projeção: 5 (cinco) anos até 31 de dezembro de 2030 e perpetuidade; • Moeda de projeção: Reais (BRL), em termos nominais; • Taxa de desconto: 14,48% em Reais (BRL), em termos nominais; • Taxa de crescimento na perpetuidade: 6,2% a.a., considerando expectativa de inflação de 3,85% reportada pelo BACEN e 2,0% de crescimento de longo prazo do PIB do setor de serviços, sendo a taxa calculada pelo produto entre essas expectativas.

14 Depósitos de Terceiros

Composto por prêmios e emolumentos recebidos no montante de R\$ 5.414 em 31 de Dezembro de 2025 (R\$ 17.443 em 31 de Dezembro de 2024).

14.1 Aging list dos Prêmios e Emolumentos:

	2025	2024
De 1 a 30 dias	2.319	9.203
De 31 a 60 dias	512	2.486
De 61 a 120 dias	350	1.577
De 121 a 180 dias	234	484
De 181 a 365 dias	34	394
Superior a 365 dias	1.965	3.299
Total	5.414	17.443

15 Ativos e Passivos Fiscais

15.1. Créditos Tributários:

	2025	2024
Descrição		
IRPJ a Restituir	10.183	15.793
CSLL a Restituir	2.644	4.179
IRPJ Diferido	54.248	63.952
CSLL Diferido	32.549	38.371
COFINS a compensar	377	340
PIS a compensar	77	69
COFINS diferido sobre PSL	7.818	6.948
PIS diferido sobre PSL	1.270	1.129
Total	109.166	130.781
Circulante	3.367	11.496
Não circulante	105.799	119.285

15.1.1 Composição dos Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

	Saldo em 01/01/2025		Saldo em 31/12/2025	
Descrição	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	53.314	-	(7.391)	45.923
Provisão para riscos de crédito	17.010	9.191	(6.447)	19.754
Participação nos Lucros e Resultado	3.268	22.343	(21.524)	4.087
Contingências	1.810	857	(651)	2.016
Ajuste a Valor de Mercado	21.778	159.651	(171.470)	9.959
CPC06	2.127	7.532	(7.364)	2.295
Outros	50.723	88.744	(3.016)	2.763
Total	102.323	207.413	(22.939)	86.797

	Saldo em 01/01/2024		Saldo em 31/12/2024	
Descrição	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	61.257	1.607	(9.550)	53.314
Provisão para riscos de crédito	13.810	7.485	(4.285)	17.010
Participação nos Lucros e Resultado	3.011	39.296	(39.039)	3.268
Contingências	1.109	1.404	(703)	1.810
Ajuste a Valor de Mercado	-	75.119	(53.341)	21.778
CPC06	1.613	3.166	(2.652)	2.127
Outros	2.746	4.925	(4.655)	3.016
Total	83.546	133.002	(114.225)	102.323

As constituições dos Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração a estimativa de rentabilidade futura, projeções orçamentárias, cenários macroeconômicos e plano de negócios, projeções de crescimento e expansão de negócios, dentre outras variáveis. Esse estudo técnico suporta a demonstração de geração de resultados tributáveis positivos futuros, o que permitirá a realização destes Créditos Tributários conforme a projeção ilustrada no quadro abaixo:

Ano	%
2026	7%
2027	11%
2028	10%
2029	14%
2030	8%
Até 2036	50%
Total	100%

18 Provisões Técnicas - Seguros e Provisões Técnicas Líquidas de Resseguro

18.1 Composição dos Saldos de PPNG, PSL, IBNR E PDR:

Provisões Técnicas - Seguros

	2025						2024					
	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG (1)	Provisão de Sinistros a Ocorridos mas Não Avisados - IBNR	Provisão de Sinistros a Ocorridos mas Não Avisados - IBNR	Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	Provisão de Outros Valores a Regularizar - PVR (2)	Total	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG (1)	Provisão de Sinistros a Ocorridos mas Não Avisados - IBNR	Provisão de Sinistros a Ocorridos mas Não Avisados - IBNR	Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	Provisão de Outros Valores a Regularizar - PVR (2)	Total
Patrimonial	554.408	504.322	17.273	8.328	284	1.084.615	527.376	487.287	17.423	8.062	152	1.040.300
Riscos Financeiros	586.281	408.723	22.413	13.673	167	1.031.257	489.192	384.632	11.946	16.867	1.580	904.217
Rural	171.996	91.796	6.020	5.715	8.694	284.221	184.646	58.901	4.629	3.799	6.267	258.242
Responsabilidades	50.723	88.744	3.016	16.535	16	160.961	80.282	24.097	6.356	5.482	4	149.266
Outros	9.886	71.254	1.916	1.900	122	85.078	25.231	87.430	2.944	1.840	109	117.554
Total	1.373.294	1.164.839	64.157	34.559	9.283	2.646.132	1.265.846	1.098.532	61.039	36.050	8.112	2.469.579
Passivo Circulante	-	-	-	-	-	1.901.507	-	-	-	-	-	1.918.195
Passivo Não Circulante	-	-	-	-	-	744.625	-	-	-	-	-	851.384

Provisões Técnicas - Líquidas de Resseguro

	2025						2024					
	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG (1)	Provisão de Sinistros a Ocorridos mas Não Avisados - IBNR	Provisão de Sinistros a Ocorridos mas Não Avisados - IBNR	Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	Provisão de Outros Valores a Regularizar - PVR (2)	Total	Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG (1)	Provisão de Sinistros a Ocorridos mas Não Avisados - IBNR	Provisão de Sinistros a Ocorridos mas Não Avisados - IBNR	Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	Provisão de Outros Valores a Regularizar - PVR (2)	Total
Patrimonial	146.655	54.741	1.282	1.902	-	204.580	141.082	47.941	2.497	638	-	192.158
Riscos Financeiros	292.629	25.609	2.626	1.478	-	322.342	239.109	24.340	753	1.546	-	265.748
Rural	81.932	35.212	1.829	2.250	-	121.223	84.651	17.800	1.309	1.160	-	104.920
Responsabilidades	26.981	36.708	4.331	1.502	-	69.422	20.512	35.023	6.356	1.871	-	63.562
Outros	5.327	23.582	853	1.551	-	31.313	10.334	30.083	1.226	1.347	-	42.990
Total	553.424	175.852	10.921	8.683	-	748.880	495.688	155.187	12.141	6.362	-	669.378
Ativo Circulante	-	-	-	-	-	425.854	-	-	-	-	-	410.253
Ativo Não Circulante	-	-	-	-	-	323.026	-	-	-	-	-	259.122

(1) Os valores de PPNG são compostos pela RVNE, sendo R\$ 110.599 Bruto e R\$ 66.902 de Resseguro, em 31 de Dezembro de 2025 (R\$ 92.025 Bruto, R\$ 55.153 Resseguro, em 31 de Dezembro de 2024). (2) Valores referentes às devoluções de prêmios conforme Art. 16 da Circular SUSEP 678/2022 (classificação ratificada pelo Ofício Circular Eletrônico nº 1/2025/COMOC/CGMOP/DISUP/SUSEP).

18.1.1 Movimentação da Provisão de Prêmios Não Ganhos (RVE e RVNE):

	2025	2024
(a) Provisão de prêmios não ganhos em 1º de Janeiro	1.265.846	1.075.452
(b) Prêmio emitido no exercício	1.937.728	1.977.743
+/- Prêmio cancelado/restituído no exercício	(272.730)	(370.450)
Diferimento no período	(1.550.234)	(1.426.300)
Oscilação cambial	(7.316)	9.401
Provisão de prêmios não ganhos em 31 de Dezembro	1.373.294	1.265.846

18.1.2 Movimentação da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), PDR e IBNR:

	2025	2024
Saldo em 1º de Janeiro	1.195.621	1.599.957
Avisados/Reavaliados/Cancelados	873.741	395.576
Pagos	(815.225)	(818.902)
Oscilação Cambial/Atualização Monetária	7.791	38.728
IBNR	3.119	(620)
PDR	(1.494)	(19.118)
Saldo em 31 de Dezembro	1.263.553	1.195.621

18.2 Custo de Aquisição Diferido: 18.2.1 Movimentação dos Custos de Aquisição Diferidos:

	2025	2024
Custo da aquisição diferido em 1º de Janeiro	170.071	146.155
Comissão emitida no período	189.467	172.462
Varição custo de aquisição diferido	(26.585)	(23.509)
Diferimento no período	(136.296)	(125.444)
Oscilação cambial	(314)	407
Custo da aquisição diferido em 31 de Dezembro	196.343	170.071
Circulante	107.305	98.931
Não Circulante	89.038	71.140

18.2.2 Custo de Aquisição Diferido por Agrupamento de Ramos:

	2025	2024
Riscos Financeiros	120.901	105.382
Patrimonial	48.102	36.322
Rural	18.469	19.291
Responsabilidades	7.152	5.589
Transportes	1.385	2.563
Marítimos	334	590
Aeronáuticos	-	221
Petróleo	-	113
Total	196.343	170.071
Circulante	107.305	98.931
Não Circulante	89.038	71.140

15.2 Imposto de Renda e Contribuição Social - Reconciliação de Alíquota:

Descrição	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	95.057	95.057	126.011	126.011
Juros sobre Capital Próprio	(20.000)	(20.000)	(50.000)	(50.000)
Participação sobre o Resultado	(12.356)	(12.356)	(9.744)	(9.744)
Lucro antes dos impostos e após as participações sobre o resultado	62.701	62.701	66.267	66.267
Alíquotas Oficiais	25%	15%	25%	15%
(Despesa) / Crédito de IRPJ e CSLL nas alíquotas nominais	(15.675)	(9.405)	(16.567)	(9.940)
Adições Permanentes	(57)	(34)	(82)	(49)
Exclusões Permanentes	2.384	1.431	-	-
Adições temporárias	(8.984)	(5.392)	(9.196)	(5.517)
Exclusões temporárias	6.935	4.161	5.949	3.669
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa da Contribuição Social Adicional IRPJ	4.619	2.77		

*continuação



Swiss Re

Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.
CNPJ/MF nº 72.145.931/0001-99

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Antes de									TOTAL
	dez/2017	dez/2017	dez/2018	dez/2019	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023	dez/2024	
Pago acumulado										
- Até a data-base	(118.266)	(115.337)	(133.556)	(66.639)	(194.098)	(306.742)	(220.635)	(154.461)	(386.615)	
- Um ano mais tarde	(191.756)	(366.350)	(290.546)	(212.477)	(1.009.944)	(410.939)	(392.617)	(516.759)		
- Dois anos mais tarde	(209.714)	(416.612)	(296.181)	(228.109)	(1.077.169)	(469.742)	(457.422)			
- Três anos mais tarde	(211.628)	(438.593)	(299.585)	(231.168)	(1.039.491)	(479.815)				
- Quatro anos mais tarde	(212.968)	(468.201)	(301.341)	(234.038)	(1.102.763)					
- Cinco anos mais tarde	(213.614)	(472.687)	(302.685)	(235.854)						
- Seis anos mais tarde	(214.989)	(482.725)	(306.039)							
- Sete anos mais tarde	(215.089)	(491.770)								
- Oito anos mais tarde	(215.498)									
Posição em 31/12/2025	(215.498)	(491.770)	(306.039)	(235.854)	(1.102.763)	(479.815)	(457.422)	(516.759)	(386.615)	
Atualização monetária acumulada	8.072	33	(15.074)	963	551	3.329	855	4.971	860	74
Provisão de sinistros em 31/12/2025	188.989	3.261	57.762	23.833	10.396	33.590	93.310	159.296	140.369	478.904
Passivo transferência de carteira	69.698	4.144	3	-	-	-	-	-	-	73.845
Sobra/Falta acumulada (R\$)	- 38.986	43.614	50.995	53.030	(427.882)	111.153	74.513	(97.663)		
Sobra/Falta acumulada (%)	- 18%	8%	16%	22%	-38%	19%	12%	-15%		

	Antes de									TOTAL
	dez/2017	dez/2017	dez/2018	dez/2019	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023	dez/2024	
Incorrido (+) IBNR										
- Até a data-base	96.559	205.917	106.176	72.433	170.539	163.640	162.656	102.725	389.821	
- Um ano mais tarde	88.154	209.676	115.283	74.477	264.312	163.200	164.761	166.574		
- Dois anos mais tarde	86.298	205.819	109.682	62.968	264.114	157.828	181.593			
- Três anos mais tarde	87.988	223.891	110.746	60.898	258.265	162.105				
- Quatro anos mais tarde	86.109	227.267	113.531	63.750	259.779					
- Cinco anos mais tarde	88.533	227.421	110.736	63.873						
- Seis anos mais tarde	88.687	228.746	110.678							
- Sete anos mais tarde	87.350	241.872								
- Oito anos mais tarde	86.912									
Posição em 31/12/2025	86.912	241.872	110.678	63.873	259.779	162.105	181.593	166.574	389.821	

	Antes de									TOTAL
	dez/2017	dez/2017	dez/2018	dez/2019	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023	dez/2024	
Pago acumulado										
- Até a data-base	(30.228)	(74.526)	(47.762)	(15.053)	(75.474)	(96.297)	(91.851)	(44.772)	(328.322)	
- Um ano mais tarde	(69.365)	(171.606)	(97.464)	(54.645)	(233.813)	(132.384)	(140.956)	(142.248)		
- Dois anos mais tarde	(77.015)	(183.723)	(98.926)	(52.706)	(251.041)	(144.388)	(167.356)			
- Três anos mais tarde	(78.620)	(196.892)	(101.258)	(53.960)	(252.485)	(151.988)				
- Quatro anos mais tarde	(79.531)	(210.344)	(102.962)	(58.024)	(253.976)					
- Cinco anos mais tarde	(81.484)	(214.060)	(103.006)	(58.213)						
- Seis anos mais tarde	(83.578)	(217.822)	(103.046)							
- Sete anos mais tarde	(83.562)	(217.890)								
- Oito anos mais tarde	(83.232)									
Posição em 31/12/2025	(83.232)	(217.890)	(103.046)	(58.213)	(253.976)	(151.988)	(167.356)	(142.248)	(328.322)	
Atualização monetária acumulada	742	(17)	(2.260)	154	294	766	236	2.065	389	20
Provisão de sinistros em 31/12/2025	8.435	3.663	21.722	7.786	5.954	6.569	10.353	16.302	24.715	61.519
Passivo transferência de carteira	26.274	2.163	1	-	-	-	-	-	-	28.438
Sobra/Falta acumulada (R\$)	- 9.646	(35.955)	(4.502)	8.561	(89.240)	1.535	(18.937)	(63.848)		
Sobra/Falta acumulada (%)	- 11,10%	-14,87%	-4,07%	13,40%	-34,35%	0,95%	-10,43%	-38,33%		

20 Patrimônio Líquido

20.1 Capital Social: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é composto por R\$ 906.621 em 31 de dezembro de 2025, representado por 497.210.747 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, aprovadas pela SUSEP, distribuídas da seguinte forma: 60% - Swiss Re Corporate Solutions Brasil Holding Ltda. (SRCSBH) e 40% - Bradesco Seguros S.A. **20.2 Reservas - Reserva legal:** A Reserva Legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, conforme o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, tendo a finalidade de assegurar a integridade do Capital Social. **Reserva estatutária:** Definida em Estatuto, esta reserva é constituída com o objetivo da preservação e manutenção do capital aplicado nos negócios da Seguradora ou para a distribuição de dividendos extraordinários. **Reserva de lucros:** Definida em Estatuto, esta reserva é baseada em um orçamento de capital, se proposto pela diretoria executiva e aprovada pelo conselho de administração e pela assembleia geral. O saldo do lucro líquido deduzido a reserva legal é o montante destinado a essa reserva em cada exercício apurado. **20.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial:** Compreende a variação líquida acumulada do Valor Justo de Ativos financeiros classificados como Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) até que os ativos não sejam mais reconhecidos ou sofram uma perda oriunda de redução no valor recuperável. **20.4 Dividendos:** O estatuto social da Entidade determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% do resultado do período ajustado na forma da Lei. Os dividendos mínimos foram calculados como segue:

	2025
Resultado do Exercício	61.684
(-) Reserva legal 5%	3.084
Base para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	58.600
Dividendos Propostos	587

A Administração submeteu à aprovação da assembleia geral ordinária, realizada em 31 de março de 2025, a proposta de distribuição de dividendos no valor total de R\$ 100.000 (cem milhões de reais). Desse montante, R\$ 906 (novecentos e seis mil reais) correspondem a 1% do lucro apurado em 31 de dezembro de 2024, enquanto os R\$ 99.094 (noventa e nove milhões e noventa e quatro mil reais) restantes referem-se a dividendos discricionários, distribuídos a partir da reserva de lucros acumulada. Conforme previsto no estatuto social, o pagamento foi realizado proporcionalmente aos acionistas em 9 de maio de 2025. **20.5 Juros Sobre Capital Próprio:** De acordo com a faculdade prevista no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, foram creditados aos acionistas juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 20.000 (R\$ 20.000 em 31/12/2024), calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), pro rata die. Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados como "Despesas financeiras", conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, o valor provisionado foi reclassificado, sendo apresentado como destinação do lucro, conforme destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social foram reduzidos em R\$ 8.000 (R\$ 20.000 em 31/12/2024), em decorrência da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio da base de cálculo destes tributos. Os valores para pagamento dos juros sobre o capital próprio foram submetidos à aprovação em Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 02 de dezembro de 2025 e 27 de novembro de 2024.

21 Patrimônio Líquido Ajustado/Capital Mínimo Requerido

	2025	2024
Patrimônio Líquido	1.093.431	1.133.698
Ajustes Contábeis		
(-) Participação em Soc. Financeiras e Não Financeiras, Nacionais ou no Exterior	-	-
(-) Despesas Antecipadas	(52)	(129)
(-) Créditos Tributários - Prej. Fiscais IR/Reservas Negativas de Cont. Social	(45.923)	(53.314)
(-) Créditos Tributários de Diferenças Temporárias que Excederem 15% do CMR	(21.253)	(31.530)
(-) Ativos Intangíveis	(397.326)	(422.412)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) - Nível I	(464.554)	(507.385)
Superávit entre Provisões e Fluxo Realista de Prêmios Registrados	50.326	41.794
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) - Nível II	50.326	41.794
(-) Créditos Tributários de Diferenças Temporárias, Limitado a 15% do CMR	19.621	17.479
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) - Nível III	19.621	17.479
(-) Ajustes do Excesso do PLA de Nível II e Nível III	(4.543)	(1.009)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) Total	674.660	667.098
Capital-Base (I)	15.000	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (II)	130.810	116.528
Capital de Risco de Subscrição	68.420	57.975
Capital de Risco de Crédito	56.724	53.354
Capital de Risco Operacional	10.849	10.092
Capital de Risco de Mercado	28.627	25.105
Efeito da Correlação entre os Capitais de Risco	(33.811)	(29.998)
Capital Mínimo Requerido (maior entre I e II)	130.810	116.528
Suficiência de Capital (PLA Total - CMR)	543.850	550.570
Suficiência de Capital (Suficiência de Capital/CMR)	415,76%	472,48%
Índice de Solvência (PLA Total/CMR)	515,76%	572,48%

22 Ramos de Atuação

Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus índices de sinistralidade e comissionamento são:

Bruto de Resseguro	Prêmios ganhos R\$ mil		Sinistralidade %		Comissionamento %	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	Nome	2025	2024	2025	2024	2025
Patrimonial	785.740	733.924	53,9	35,3	7,4	6,8
Rural	423.280	344.741	47,7	33,7	11,2	10,5
Riscos Financeiros	223.199	201.695	29,0	18,4	22,0	20,9
Responsabilidades	57.832	60.508	9,6	(7,9)	14,8	14,0
Transportes	43.889	54.696	55,6	44,8	24,7	22,8
Aeronáuticos	8.307	16.836	(95,8)	108,3	2,1	3,9
Marítimos	5.480	6.140	382,8	46,3	17,6	15,5
Riscos Especiais	2.507	7.760	(8,1)	3,5	10,0	10,0
	1.550.234	1.426.300	47,3	31,8	11,3	10,6
Líquido de Resseguro	Prêmios ganhos R\$ mil	Sinistralidade %	Comissionamento %			
Nome	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Rural	191.321	147.904	39,3	28,1	24,9	24,4
Patrimonial	139.556	178.621	23,4	8,4	41,7	27,8
Riscos Financeiros	107.494	96.565	(149,9)	2,9	45,6	43,6
Transportes	34.013	40.489	66,7	60,8	31,9	30,8
Responsabilidades	26.104	27.492	(1,0)	(24,2)	32,8	30,8
Marítimos	5.255	4.832	74,5	(20,0)	18,3	19,7
Aeronáuticos	800	2.580	(476,1)	9,46	21,5	25,7
Riscos Especiais	420	1.690	(4,3)	(30,36)	59,8	45,9
	504.963	500.173	(6,1)	16,1	34,8	30,2

23 Detalhamento das Principais Contas da Demonstração do Resultado

	2025	2024
23.1 Sinistros Ocorridos:		
Indenizações Avisadas	(1.019.824)	(438.549)
Variação da Provisão Sinistros Ocorridos mas Não Avisados	(3.119)	620
Despesas com Sinistros	(42.503)	(70.578)
Recuperação de Sinistros	153.690	46.605
Salvados e Ressarcimentos	178.539	8.199
	(733.217)	(453.703)
23.2 Custos de Aquisição:		
Comissões	(220.625)	(201.197)
Recuperação de Comissão	31.158	28.736
Variação das Despesas de Comercialização Diferidas	26.585	23.508
Outras Despesas de Comercialização	(12.736)	(2.321)
	(175.618)	(151.274)
23.3 Outras Receitas (Despesas) Operacionais:		
Outras Receitas (Despesas) - Seguros Direto	(30.610)	(59.719)
Outras Receitas (Despesas)	(2.556)	(2.259)
Despesas com Cobrança	(103)	(311)
Despesas com Administração de Apólices e/ou Contratos	(1.009)	(1.245)
Redução ao Valor Recuperável Créditos a Receber	(6.860)	(8.000)
	(41.138)	(71.534)
23.4 Resultado com Resseguro:		
Receitas com Resseguros	779.365	396.178
Indenizações de Sinistros	737.234	315.950
Despesas com Sinistros	21.937	56.103
Variação do IBNR	4.749	1.279
Outros Resultados com Resseguro	15.445	22.846
Despesas com Resseguros	(1.215.105)	(931.350)
Prêmios de Resseguros Cedidos	(1.285.412)	(1.234.606)
Variação das Despesas de Resseguro	107.845	159.677
Despesas com Excesso de Danos	(102.185)	(69.211)
Comissão sobre Prêmios Cedidos	287.453	248.757
Variação sobre Comissão de Resseguros	(52.972)	(30.744)
Salvados e Ressarcimentos	(169.834)	(5.223)
	(435.740)	(535.172)
23.5 Despesas Administrativas:		
Pessoal Próprio	(95.742)	(91.519)
Localização e Funcionamento	(47.926)	(50.465)
Publicidade e Propaganda	(1.355)	(1.754)
Despesas com Serviços de Terceiros	(18.195)	(19.687)
Publicações	(273)	(297)
Outras	(1.428)	

→ * continuação



Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 72.145.931/0001-99

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da **Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.**, São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400
04719-002
São Paulo - SP - Brasil

Joel Garcia
Atuário - MIBA 1131

Anexo I Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. (Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2025
Total de provisões técnicas auditadas	2.646.132
Total de ativos de resseguro	1.884.668
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	134.019
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2025
Provisões Técnicas Auditadas (a)	2.646.132
Valores redutores auditados (b)	2.016.564
Total a ser coberto (a-b)	629.568
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2025
Capital-Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	130.810
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	130.810
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2025
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	674.660
Ajustes Econômicos do PLA	50.326
Exigência de Capital (CMR) (b)	130.810
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	543.850
Ativos Garantidores (d)	1.158.030
Total a ser Coberto (e)	629.568
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	528.462
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	31/12/2025
0111; 0112; 0115; 0116; 0118; 0141; 0167; 0171; 0173; 0196; 0234; 0272; 0310; 0313; 0327; 0351; 0378; 0433; 0435; 0437; 0457; 0523; 0524; 0525; 0531; 0542; 0553; 0621; 0622; 0627; 0628; 0632; 0638; 0652; 0654; 0655; 0656; 0658; 0711; 0739; 0740; 0743; 0745; 0746; 0747; 0748; 0749; 0750; 0775; 0776; 0819; 0859; 0860; 0870; 0969; 0981; 0982; 0991; 0993; 1066; 1068; 1101; 1102; 1103; 1104; 1105; 1106; 1107; 1108; 1111; 1112; 1114; 1130; 1162; 1163; 1164; 1279; 1299; 1417; 1428; 1433; 1528; 1535; 1537; 1574; 1597; 1734	15.000

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

St. Diretor Presidente e Srs. Acionistas,
O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. ("Companhia") instituído nos termos da Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, é formado por (3) três membros indicados e nomeados pela Assembleia Geral, funciona em conformidade com o disposto no Estatuto Social da Companhia e o seu regimento interno é aprovado pela Administração.

Compete ao Comitê apoiar a Administração da Companhia em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (*Compliance*), pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores contábeis independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *Compliance*.

Compete à auditoria contábil independente examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e à auditoria interna a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Companhia.

O Comitê atua mediante reuniões nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores contábeis independentes, dos auditores atuariais, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

De acordo com o seu Regimento, o Comitê mantém reuniões com gestores das áreas de contabilidade e finanças, atuarial, controles internos e *compliance*, gestão de riscos, com os auditores contábeis e atuariais independentes e com os auditores internos, dentre outros.

O Comitê mantém com os auditores contábeis independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho, das verificações realizadas e dos seus resultados. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores contábeis independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores contábeis independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões com o Diretor Presidente e outros membros da Administração da Companhia e, nessas reuniões, teve a oportunidade de conhecer detalhes dos portfólios de produtos e oportunidades e desafios da Companhia, assim como, os principais fluxos operacionais, revisões de *compliance* e gestão de riscos, dedicando especial atenção, neste exercício, à análise e acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Companhia para aderência aos requisitos da Resolução nº 416/21 do CNSP e demais normativos da SUSEP.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelos seus acionistas.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

Paulo Pereira - Presidente
Julia Santoro - membro
Miriam Assis - membro

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da **Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.**, São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de seguros e resseguros (PSL, IBNeR, IBNR, PDR e PPNG-RVNE) e realização do Teste de adequação de passivos
Veja as Notas nºs 2.11, 2.12 e 18 das demonstrações financeiras.

Avaliação do valor recuperável de ágio na aquisição da carteira e canal de distribuição
Veja as Notas nºs 2.9 e 13.2 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto:
A Seguradora possui ágios decorrentes de aquisição da carteira e canal de distribuição. A Seguradora realiza testes de redução ao valor recuperável, no mínimo anualmente ou quando há circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Como parte do teste de redução ao valor recuperável desses ativos, a Seguradora estimou valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, cuja mensuração está fundamentada em projeções futuras baseadas no plano de negócios e no orçamento, contemplando expectativa de crescimento, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa. Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das premissas de crescimento, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, e ao potencial impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam causar nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo anual de elaboração e aprovação das premissas de crescimento, taxa de desconto e período de projeção dos fluxos de caixa, utilizadas na avaliação dos estudos de recuperabilidade elaborados pela Seguradora; (ii) Envolvemos nossos profissionais de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor que auxiliaram na: - avaliação das premissas utilizadas, tais como crescimento e período de projeção dos fluxos de caixa, comparando-as com informações obtidas de fontes internas e externas; - avaliação da taxa de desconto utilizadas no teste de redução ao valor recuperável, comparando-as com os intervalos de taxa de desconto que foram desenvolvidas independentemente, usando dados de mercado públicos disponíveis para entidades comparáveis; - avaliação da precisão matemática dos cálculos do valor presente; e (iii) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras são consistentes com os requerimentos da prática contábil aplicável.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.	
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.	
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.	
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, incluindo, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.	
Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.	
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.	
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.	
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir à um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base em evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.	

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

Principais assuntos de auditoria
A Seguradora mantém as seguintes provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e de resseguros, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025: provisão de sinistros a liquidar (PSL) que inclui a provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de despesa relacionada (PDR) e provisão de prêmios não ganhos com riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE).
Na mensuração das referidas provisões técnicas de seguros e de resseguros e na realização do teste de adequação de passivos (TAP) a Seguradora utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, expectativa de desenvolvimento de sinistros, taxas de desconto e expectativa de desenvolvimento das emissões de prêmios em atraso. Consideramos a mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros e resseguros e a realização do teste de adequação de passivos como um principal assunto de auditoria dado a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas.

Como auditoria endereçou esse assunto:
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de revisão e aprovação dos cálculos das provisões técnicas (PSL, IBNR, PDR, IBNeR, PPNG-RVNE e da realização do TAP); (ii) envolvimento de profissionais atuariais com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram na: - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de desenvolvimento de sinistros, taxas de desconto e expectativa de desenvolvimento das emissões de prêmios em atraso, utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE) e na realização do teste de adequação de passivos (TAP); - no recálculo independente, por amostragem, das provisões (IBNeR, IBNR, PDR e PPNG-RVNE) por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa utilizando-se de métodos atuariais e com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Seguradora; - na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR, IBNeR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados; e - na avaliação da necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura por meio da razoabilidade independente das premissas do TAP e da comparação do resultado dos fluxos de caixa calculados no TAP com os montantes totais das provisões técnicas registrados na data-base. (iii) testes de precisão e integridade das bases de dados dos prêmios emitidos, sinistros avisados e sinistros pagos, utilizadas para mensuração dessas provisões, conforme aplicável, incluindo o confronto destas bases com as bases analíticas suporte aos registros contábeis; (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores, ramos de seguros, datas de registro, período de vigência, limite de retenção, percentuais de resseguro, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suporte incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; (v) movimentação dos saldos contábeis da provisão de sinistros a liquidar (PSL) com os respectivos registros oficiais ou bases analíticas de sinistros avisados e sinistros pagos do período; (vi) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social
Veja as Notas nºs 2.13 e 15.1.1 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria
A Seguradora mantém créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, cuja realização está fundamentada em estudo técnico sobre prováveis lucros tributáveis futuros.
Para elaborar a expectativa de realização desses créditos tributários, a Seguradora utiliza-se de estimativas de rentabilidade futura elaboradas a partir dos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, que envolvem julgamento na determinação de premissas econômicas e de crescimento dos negócios. Consideramos a avaliação de realização dos créditos tributários relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação de prováveis lucros tributáveis futuro.

Como auditoria endereçou esse assunto:
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo anual de elaboração e aprovação dos planos de negócio e orçamentos da Seguradora e do estudo técnico de realização dos créditos tributários; (ii) Envolvemos nossos profissionais de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor que auxiliaram na: - na avaliação das premissas de projeções econômicas e de crescimento dos negócios apresentados no estudo técnico de realização dos créditos tributários; e - na conferência da exatidão matemática dos cálculos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos tributários; (iii) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P-014428/O-6 F SP

Érika Carvalho Ramos
Contador CRC 15P224130/O-0